

O novo modelo de preços de
transferência brasileiro e a
convergência ao padrão OCDE

Aspectos práticos
decorrentes da aplicação
da nova regra às
empresas de capital
aberto

Agenda



Caio Albino
Sócio de preços de
transferência da EY



Daniel Biagioni
Sócio de preços de
transferência da EY



Thiago Costa e Silva
Diretor de Planejamento
Tributário da Alpargatas S.A.



Fernando Zupirulli
Diretor de Tributos da
Seara Alimentos Ltda

Agenda

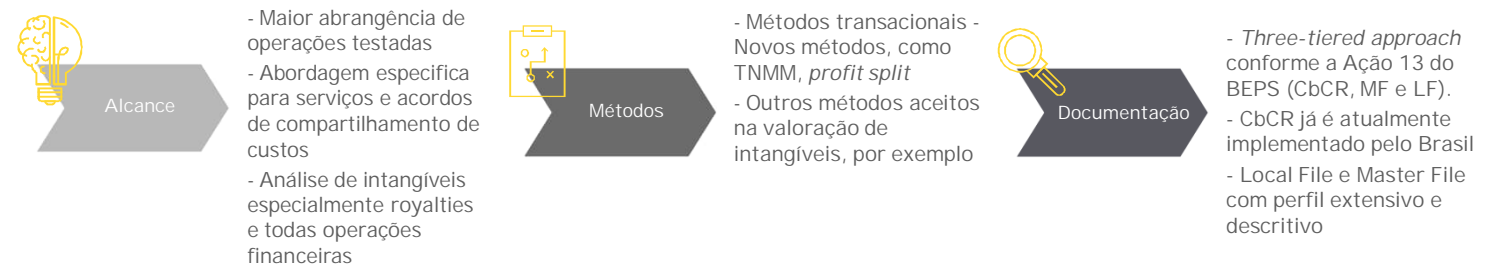
Tópicos para debate

- ▶ Principais desafios para uma adequada documentação de TP no âmbito da OCDE
- ▶ Redesenho de políticas de preços
- ▶ Treinamento de pessoas
- ▶ *Controversy*, resolução e prevenção de disputas
- ▶ O paralelo entre o princípio *Arm's Length* e ESG

Documentação de preços de transferência

Principais desafios para uma adequada documentação de TP no âmbito da OCDE

- ▶ O projeto de convergência das regras brasileiras de preços de transferência deve apresentar desafios relacionados à documentação em três grandes frentes: (i) alcance, (ii) metodologias e (iii) relatórios / declarações formais.



Perguntas-chave

- Quais os novos processos internos para preparar os estudos de TP no âmbito OCDE? Há necessidade de mudança da governança interna?
- Como lidar com o desafio de bases de dados no contexto brasileiro?
- É possível antecipar os efeitos de novas metodologias sobre o cenário de TP atual?
- Como endereçar operações atualmente não analisadas ou fora do escopo (e.g., safe harbor, royalties)?
- Há conhecimento dos papéis e funções das empresas brasileiras no contexto global da operação?

Políticas de preços

Redesenho de políticas de preços *intercompany*

- ▶ No contexto OCDE, o desenvolvimento das políticas de preços de transferência ganha relevância. A convergência tende a inserir as entidades Brasileiras num contexto global do qual, atualmente, elas são frequentemente exceção.
- ▶ Num cenário mais flexível e sujeito a mudanças, incorporar o monitoramento dos preços é determinante para garantir os níveis de lucratividade adequados.
- ▶ Além disso, as Diretrizes permitem o ajuste entre entidades (*"true-ups"* e *"true-downs"*) com mais facilidade.

Perguntas-chave

- A operação brasileira costuma ser envolvida na definição de uma política de preços de transferência?
- Há uma estrutura sólida de políticas de preços para todas as operações intercompany? Ela é transparente e permitirá integrar e adaptar rapidamente as operações com Brasil?
- Os acordos de preço entre entidades do Grupo está baseado análises econômicas ou em regras específicas (e.g., % de dedutibilidade de royalties)?
- As políticas de preços de transferência envolvendo entidades brasileiras têm sido periodicamente atualizadas / revistas?

Pessoas

Treinamento de pessoas

- ▶ Num cenário de convergência, endereçar questões de preços de transferência migrará de uma função prioritariamente tributária para uma função que deve conhecer bem o negócio.
- ▶ Estudos de preços de transferência pós-convergência exigirão uma gama de conhecimentos mais diversificada e uma compreensão do negócio como um todo.

Perguntas-chave

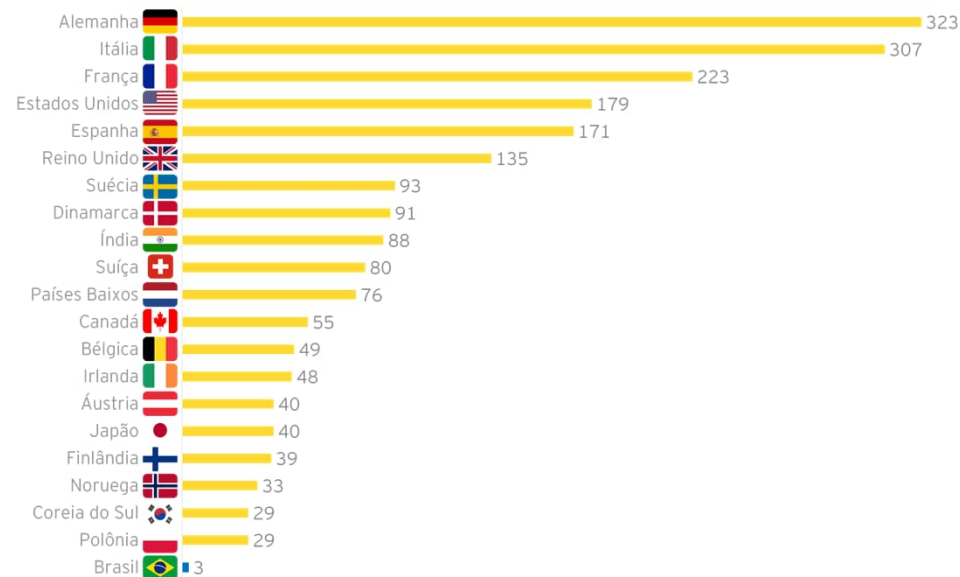
- A função de Tax na minha empresa está conectada à estratégia do negócio? Ou traz um perfil mais técnico e regulatório?
- Quais os conhecimentos técnicos necessários para endereçar com segurança a matéria de TP? E quais soft skills são os mais requeridos?
- Os departamentos tributários estão estruturados de forma a absorver e endereçar os novos desafios? Se não, quais mudanças serão necessárias?
- Como a migração muda o relacionamento da liderança tributária e do negócio com suas pessoas? E com seus assessores, advogados, etc?

Resolução de disputas

Controversy, resolução e prevenção de disputas

- ▶ A convergência com o padrão OCDE ainda está cercada de incertezas do ponto de vista legislativo, o que pode gerar controvérsia.
- ▶ Entre jurisdições que operam com base nas Diretrizes OCDE, meios alternativos de resolução de disputa são amplamente utilizados: *Mutual Agreement Procedures* ("MAP"), redes de Tratados, etc.
- ▶ Vale destacar que o Brasil possui pouca experiência na resolução de MAPs: a revisão por pares da própria OCDE indicou um aumento de 100% no estoque de casos de MAP sem resolução no Brasil entre 2016 e 2019.

Casos de MAP iniciados em 2020



Resolução de disputas (cont.)

- ▶ A legislação brasileira não prevê, atualmente, a possibilidade de acordos através dos chamados *Advance Price Agreements* ("APA"). A convergência ao modelo OCDE poderá abrir espaço para uma normatização dessa modalidade de acordos, muitas vezes vitais para o endereçamento adequado de situações atípicas;
- ▶ Ausência de normatização dos APAs pode levar ao uso recorrente do MAP por contribuintes em situações específicas.

Perguntas-chave

- O desenho da nova legislação de preços de transferência pretende incluir exemplos práticos para dirimir questões interpretativas? Haverá material de apoio (e.g., Perguntas & Respostas, possibilidade de consulta) no sentido de mitigar dúvidas e evitar disputas?
- O acesso às alternativas como resolução de disputas, como MAP, será parte importante no processo de convergência das regras de preços de transferência?
- O instrumento do APA pode ser entendido pelos contribuintes como uma eficiente ferramenta para mitigação de disputas no Brasil?
- A estrutura atualmente mantida pela RFB é suficiente para fazer frente às tendências? Há expertise e recursos suficientes para prover maior robustez a esses processos no país?
- Há expectativa que a relação entre contribuinte e autoridade tributária seja de maior confiança com implementação local do padrão da OCDE?

Princípio *arm's length* e ESG

O paralelo entre o princípio *Arm's Length* e ESG

- ▶ A documentação de preços de transferência segundo as Diretrizes da OCDE produz maior transparência sobre a atuação dos grupos multinacionais.
- ▶ Transparência é também um dos principais vetores do ESG: conhecer como, onde se opera e quais impactos são deixados em cada uma das jurisdições.
- ▶ Dessa forma, operar de maneira razoável e justa já não é uma prerrogativa apenas do ponto de vista de preço.

Perguntas-chave

- Como as estratégias de sustentabilidade e ESG dos grupos podem impactar o novo modelo de TP OCDE sugerido para o Brasil?
- Qual o papel de preços de transferência em uma maior busca por transparência tributária?
- Nas análises de novos modelos de negócios alinhado ao ambiente ESG tem sido considerado adaptar a política de preços de transferência?

Obrigado!